

<http://dx.doi.org/10.21707/ga.v10.n04a44>

A RELAÇÃO HISTÓRICA DA COMISSÃO PASTORAL (CPT) E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA PARAIBANA E A AGROECOLOGIA COMO REVITALIZAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES ASSENTADOS

Andreia Vasconcellos^{1*}; Fillipe Silveira Marini¹; Shirley Santos Monteiro²; Juliana Ferreira França²; Dualitysson Silva Santos² & Jômane Costa de Jesus²

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia), Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, Paraíba, Brasil.

² Bacharelado em Agroecologia, Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, Paraíba, Brasil.

* E-mail: dreagroeco@gmail.com

Recebido em 27 de Abril de 2016. Aceito em 28 de julho de 2016. Publicado em 19 de dezembro de 2016.

RESUMO – A Comissão Pastoral da Terra surgiu para fortalecer as ações dos agentes pastorais que desenvolviam seu trabalho no meio rural. Apresenta-se nos conflitos de terra através de intermediação entra a luta pela terra e a sociedade. Exerceu e exerce, em relação à luta pela terra no Brasil, muito mais do que um papel de assessoria dos movimentos, de articulação das diversas experiências de organização no campo, de modo a fortalecer estes movimentos e criar condições para novas organizações, como foi o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nos últimos anos, em meio à crise socioeconômica e ambiental, os Assentamentos rurais vêm se configurando como importantes conquistas dos movimentos sociais. No entanto, a potencialidade destes espaços como território de construção de novas relações sociais e relações com os recursos naturais é ameaçada pelos passivos ambientais deixados pelos latifúndios monocultores. A construção da Agroecologia no trabalho da CPT com os Projetos de Assentamentos - PA's se deu de forma participativa e atuante dos membros, agricultores e agricultoras assistidos pela Pastoral, que se faziam presentes nas reuniões na Diocese de Guarabira/PB. Em um dos Fóruns foi introduzida a Agroecologia como ação a ser trabalhada pelos membros. A Agroecologia é a base para junção de técnicas alternativas para que haja a harmonia da agricultura e o meio ambiente, técnicas que se enquadrem em uma concepção ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável.

PALAVRAS-CHAVE: CAMPESINATO; PROJETO DE ASSENTAMENTO; AGRICULTURA FAMILIAR; ESTATUTO DA TERRA.

THE RELATIONSHIP OF PASTORAL HISTORICAL COMMISSION (CPT) AND SOCIAL MOVEMENTS FOR LAND REFORM AND PARAIBANA AGROECOLOGY AS REVITALIZATION OF VALUATION OF FARMERS SEATED

ABSTRACT – The Pastoral Historical Commission has emerged to strengthen the actions of pastoral workers who developed their work in rural areas. It comes in land conflicts through mediation enters the struggle for land and society. Exercised and shall exercise in respect to the struggle for land in Brazil, more than an advisory role of the movements, the articulation of the various organizational experiences in the field in order to strengthen these movements and create conditions for new organizations, as was the Case of Rural Landless Workers Movement. In recent years, amid the social, economic and environmental crisis, rural settlements are becoming increasingly important achievements of social movements. However, the potential of these spaces as territory of construction of new social relations and relations with natural resources is threatened by environmental liabilities left by monoculture latifundium. The construction of Agroecology in the work of CPT with the Settlement Projects - PA's occurred in a participatory and active way of members, men and women farmers assisted by the Ministry, who were present at the meetings in the Diocese of Guarabira/PB. In one of the forums was introduced to Agroecology as action to be worked by members. Agroecology is the basis for the junction of alternative techniques so that there is harmony of agriculture and the environment, techniques that fall into an environmentally friendly design, socially beneficial and economically viable.

KEY WORDS: PEASANTRY; SETTLEMENT PROJECT; FAMILY FARMING; LAND STATUTE.

LA RELACIÓN DE COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA (CPT) Y MOVIMIENTOS SOCIALES PARA LA REFORMA AGRARIA Y LA AGROECOLOGÍA COMO PARAIBANA REVITALIZACION DE VALORACIÓN DE LOS AGRICULTORES SENTADO

RESUMEN – El Comisión Pastoral de la Tierra ha surgido para fortalecer las acciones de los agentes de pastoral que desarrollaron su trabajo en las zonas rurales. Viene en conflictos de tierras a través de la mediación entra en la lucha por la tierra y la sociedad. Ejercido y ejercerá, con respecto a la lucha por la tierra en Brasil, más de una función de asesoramiento de los movimientos, la articulación de las diferentes experiencias organizativas en el campo a fin de fortalecer estos movimientos y crear condiciones para nuevas organizaciones, como fue el Caso de Trabajadores Rurales Sin Tierra Movimiento. En los últimos años, en medio de la crisis social, económica y ambiental, asentamientos rurales son cada vez más importantes logros

de los movimientos sociales. Sin embargo, el potencial de estos espacios como territorio de construcción de nuevas relaciones sociales y las relaciones con los recursos naturales se ve amenazada por los pasivos ambientales dejados por los latifundios de monocultivos. La construcción de Agroecología en el trabajo de CPT con los Proyectos de liquidación - PA del ocurrió de una manera participativa y activa de los miembros, hombres y mujeres agricultores asistidos por el Ministerio, que estuvieron presentes en las reuniones de la Diócesis de Guarabira/PB. En uno de los foros se introdujo a la Agroecología como acción para ser trabajado por los miembros. Agroecología es la base de la unión de técnicas alternativas para que haya armonía de la agricultura y el medio ambiente, las técnicas que caen en un diseño amigable con el medio ambiente, socialmente beneficiosa y económicamente viable.

PALAVRAS CHAVE: CAMPESINADO; PROYECTO DE LIQUIDACIÓN; LA AGRICULTURA FAMILIAR; ESTATUTO DE LA TIERRA.

INTRODUÇÃO

As lutas e disputas pela posse de terras e propriedades rurais ao longo da história brasileira são acontecimentos inevitáveis entre proprietários legítimos e uma sociedade excludente que foi marginalizada e descaracterizada por um processo de modernização conservadora da agricultura.

No Brasil, o desenvolvimento da agricultura familiar e das atividades produtivas é o resultado das formas de intervenção do Estado, das estratégias dos atores locais e das características físicas das regiões. Ao analisar a trajetória da agricultura familiar no agreste paraibano, que além das particularidades ambientais e sociais, foi objeto de um número de propostas e políticas governamentais, sendo o peso da dominação político-fundiária e do mercado internacional da primeira República até o golpe militar em 1964; da valorização das culturas de exportação; do fortalecimento da modernização agrícola; da pecuarização da região e do processo de concentração fundiária de 1964, até o fim do período militar e a partir de 1985 surgiu o desenvolvimento de modelos alternativos de produção agrícola. Entre as dinâmicas dessas propostas oscilaram os processos de campenização, descampenização e recampenização do meio rural (PIRAUX e MIRANDA, 2010).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra, ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados e segue com os mesmos objetivos definidos em, 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, que são: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa sem explorados nem exploradores (CALDART, 1999).

Oficialmente, o Movimento teve a sua fundação no Encontro acima descrito. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos de 1978 a 1983, o MST está completando 37 anos. Neste tempo de existência, o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária. Segundo Fernandes (2000) e Stédile e Fernandes (1999), essas mudanças trouxeram novos desafios e um deles está no próprio nome. Quando foi fundado, o MST se denominou Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Todavia, a expressão “trabalhadores rurais” não sobreviveu na própria sigla, que desde o final da década de 1980 passou a ser MST.

A luta pela reforma agrária surge no cenário político brasileiro quando os trabalhadores rurais trouxeram para o primeiro plano a luta pela terra. No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, estas lutas renasceram nas últimas décadas do século XX e se desenvolveram nos processos de espacialização e de territorialização dos movimentos sociais (FERNANDES, 2008).

Com relação ao surgimento das Ligas Camponesas, Pessoa (1999), abordou elementos à história da constituição dessas, localizando as primeiras ligas no chamado período de redemocratização, iniciado em 1945, vinculadas à aliança operário-camponesa. Mas estas não eram autônomas; constituíam-se como apêndice do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por isso, não adquiriram “relevância nem durabilidade”. Apesar desses limites, as Ligas Camponesas retiraram a Reforma Agrária da discussão, no âmbito da política e da academia e a transformam em instrumento da luta de massas.

Segundo informações de Morissawa (2001), em 1945 foi criada pelo PCB a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTRAB) na maioria dos Estados brasileiros. Rio Grande do Sul, em vez de ULTRAB, que tinha o papel de reorganizar as associações de trabalhadores rurais já existentes, organizar novas associações ou sindicatos, promovendo a unidade entre eles e dar assistência jurídica, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) no final da década de 1950. Esses movimentos sociais eram compostos por agricultores familiares sem-terra, assalariados rurais, meeiros e pequenos proprietários e seus filhos. Uma de suas ações era a construção de acampamentos visando entrar na posse de terra e tinha o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB (MORISSAWA, 2001).

Esse movimento de camponeses só se organizou como forma de luta legal a partir de 1950, quando surgiram as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que organizaram os trabalhadores do campo e pressionaram o governo a promulgar leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural, visando solucionar os problemas mais urgentes da vida rural (ANDRADE, 1987).

O movimento camponês que teve seu início em 1954, fundado no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão-Pernambuco, teve entre seus fundadores José dos Prazeres e, que durante sua trajetória, projetou líderes como Francisco Julião, Clodomir de Moraes, João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. As Ligas Camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas (STEDILE, 2005).

No caso do Agreste paraibano, as Ligas Camponesas atraíram ex-moradores, ex-rendeiros, ex-foreiros, pequenos produtores de algodão e pequenos pecuaristas que estavam sendo expulsos de suas terras para darem lugar às grandes plantações (NOBRE, 1990).

É importante destacar a participação da Igreja Católica na criação de sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste brasileiro, e, de outro lado, a presença do PCB na ULTRAB, que reunia a maior parte das federações de trabalhadores rurais. Confirmando a presença dessas duas entidades – Igreja e ULTRAB – na organização dos trabalhadores rurais (MORISSAWA, 2001).

Em 1964, com a instauração da ditadura militar, deu-se início a um processo de “colonização” com caráter de urgência, na região Norte do país. Esta medida político-agrária visava deslocar a mão-de-obra nordestina, iniciando o desenvolvimento da chamada Amazônia Legal, dentro do espírito capitalista de produção agropecuária, criando as chamadas empresas rurais (PANINI, 1990).

A partir daí é possível se pensar num marco decisivo para a mobilização popular no Brasil, numa proporção a ponto de “a quase totalidade dos movimentos sociais rurais serem oriundos das comunidades eclesiais de base ou similares” (RICCI, 2005).

De acordo com Alencar et al. (1996), o golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura, interrompeu esse processo de construção de um ideário de construção e solidez sindical, destruiu organizações, perseguiu, torturou e assassinou lideranças, colocando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) fundada em 1964, que é uma entidade brasileira representante dos trabalhadores rurais - através das Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), que por sua vez, reúnem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de cada município e os sindicatos de trabalhadores rurais - sob rigoroso controle, com isso, anulou sua natureza reivindicatória que foi substituída pela assistência social.

O movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária generalizou-se no meio rural do país e assumiu grandes proporções no início da década de 1960. No entanto, esse movimento foi praticamente aniquilado pelo regime militar instalado em 1964. Assim, se deu a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária como uma estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar, os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Após anos podemos constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura (SODERO, 1982).

Para atingir estas metas, já em 1964, o então presidente Castelo Branco aprovou o “Estatuto da Terra”, dando um corpo jurídico às empresas rurais, e foram criados durante os governos militares diversos órgãos e programas afins (LIMA, 1991; PIRAUX e MIRANDA, 2010).

O início da década de 1970 no Brasil é marcado pela forte repressão da ditadura militar que se instalou em 1964. Nesse contexto, nem mesmo aqueles que atuavam em nome de uma instituição ou organização religiosa estavam livres do rígido monitoramento (MANÇANO, 2005).

Os movimentos sociais populares retomaram suas organizações no final dos anos de 1970, quando se pode perceber, novamente, a forte presença da Igreja e de partidos políticos de esquerda nesse processo.

Na segunda metade dos anos de 1970, no bojo do processo de modernização da agropecuária, que culminou com a criação do Proálcool e a consequente modernização da atividade canavieira na Zona da Mata e no Brejo Paraibano, e com o avanço da pecuarização no Agreste e no Sertão, a luta por terra no Estado adquiriu grande dimensão (PIRAYUX e MIRANDA, 2011).

A Constituição Federal de 1988 retoma “a função social da terra” que fora reconhecida pelo Estatuto da Terra, ampliando a sua área de abrangência com a Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária (VERONESE, 1993).

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA NA PARAÍBA

Desde a sua “campesinização” no século XIX, o Território da Borborema vem experimentando uma evolução histórica que alterna períodos de “descampesinização” e “recampesinização”, ao sabor dos poderes da agricultura patronal e de seus interesses nos diversos “ciclos econômicos”

ali desenvolvidos, em maior ou menor abrangência regional: algodão, café, cana-de-açúcar, agave, pecuária, fumo e laranja (PIRAUX e MIRANDA, 2011). Entretanto, desde os anos de 1950, os camponeses estabelecidos nesse território têm mostrado um poder de resistência e mobilização notáveis, primeiramente nas Ligas Camponesas e, depois de sua dizimação pela ditadura militar, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e outros movimentos sociais.

Na Paraíba, a luta pela terra é retomada na Zona da Mata, entre 1974 e 1975, com a ação da Pastoral Rural e da equipe de promoção humana da Arquidiocese do Estado, dez anos depois do desmantelamento das Ligas Camponesas. Neste período, nas fazendas Mucatu, Garapu e Andreza, localizadas no município de Alhandra, no Litoral Sul da Paraíba, os moradores foram ameaçados de expulsão, para que os proprietários pudessem plantar bambu e cana-de-açúcar sobre suas áreas de roçado. A Pastoral Rural foi contatada pelos moradores e posseiros, dando-lhes assistência e acompanhamento na luta que culminou com a desapropriação dos imóveis e com a criação de um Projeto de Colonização, posteriormente transformado em Projeto de Assentamento Mucatu, hoje emancipado (MOREIRA, 1997).

Nas propriedades, anteriormente, existiam diversas relações de trabalho representadas pelo pagamento de uma renda fundiária em dinheiro (arrendamento), em produto (parceria) e em trabalho (morada). Com a modernização da agropecuária e a conseqüente valorização da terra, e com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estendeu ao trabalhador do campo os direitos trabalhistas, assistiu-se a um processo nunca visto antes, de expropriação-expulsão do homem do campo (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O objetivo dos proprietários de terra era tanto substituir os roçados e as casas dos camponeses por cana e capim, como, também, fugir das obrigações trabalhistas. Em alguns casos, quando da morte de antigos proprietários, os herdeiros, não tendo interesse em permanecer com a terra, vendiam-na sem consultar os trabalhadores da propriedade. Ao tomar posse do imóvel, o novo proprietário o queria limpo, sem agricultores para reclamar seus direitos. Esses processos deram origem a centenas de conflitos marcados pela “luta de resistência” dos camponeses pelo direito de permanecer na terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Segundo Malagodi e Araújo (2005), a formação de assentamentos no Brejo paraibano engendrou um processo de mudança vivido pelas famílias de trabalhadores rurais que passaram da situação tradicional (assalariados ou moradores) para proprietários e pequenos produtores. Na região, um Fórum dos Assentados foi criado pela Diocese de Guarabira. Ele conta com a assessoria da ONG denominada SEDUP (Associação de Educação Popular) e de diversos movimentos sociais (MST, CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA), com o propósito de aprimorar suas ações junto com os assentados e prestar apoio a outros assentamentos da região. O movimento de luta pela terra desembocou na criação de quatorze assentamentos.

A partir da segunda metade da década de 1980, a redemocratização do país, o anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a crise da economia nacional - que se refletiu na dinâmica do Proálcool e na atividade pecuária, além do desmantelamento da atividade algodoeira promovida pela praga do bicudo - foram responsáveis, por um lado, pelo crescimento do desemprego no campo e, de outro, pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores e pela intensificação da sua luta por terra. Esta contou com o apoio da “vertente progressista” da Igreja Católica (a partir das paróquias locais, com as Comunidades Eclesiais de Base, e da Comissão Pastoral da

Terra), dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais combativos e do MST. Muitas áreas de conflito foram conquistadas pela luta camponesa e, depois de desapropriadas, foram transformados em Projetos de Assentamento.

Enfim, em 2003, a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Borborema pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT) constituiu condições favoráveis para uma aproximação do Polo Sindical da Borborema e do Fórum dos assentados (PIRAUX e BONNAL, 2008).

Os assentamentos apresentam, ainda, muitos desafios a serem enfrentados, desde a questão da produção e da comercialização, questões internas e externas de organização política e social e, até mesmo, a questão ambiental. A terra de negócio é transformada em terra de trabalho, em um território de esperança, onde os desafios cotidianos se multiplicam para se obter autonomia, vida digna, sobrevivência sem o jugo da exploração.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocorreu de forma oficializada em 1975, durante a XIV Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Inúmeros fatores sócio-culturais e políticos constituíram o “húmus” que permitiu o seu nascimento no seio da Igreja Católica (VILLA LOBOS, 1993).

Esse surgimento é o fruto de um longo processo histórico, que vagarosamente foi se estruturando dentro das diversas instâncias da Igreja. Constituiu-se em uma teologia voltada principalmente ao questionamento da miséria e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, convertendo-se rapidamente em uma crítica ao sistema capitalista e às suas relações neocoloniais. Esta teologia difere radicalmente da teologia tradicional, enquanto esta se preocupava com questões morais-individuais vinculadas à própria Igreja Católica, tais como sexo antes do casamento, confissão, comunhão, missa, etc., aquela que se preocupa com problemas ético-sociais vinculados ao sistema sócio-econômico, concentração da terra, latifúndio, fome, desrespeito aos direitos humanos (BEZERRA, 1987).

Os novos teólogos promoveram o mais radical rompimento com a milenar tradição constantiniana da Igreja, representando uma volta ao cristianismo primitivo que lutou contra o Estado romano opressor e as leis injustas. Por isto, a necessidade de resgatar o exemplo de São Francisco de Assis, Bartolomeu de Las Casas e tantos outros que, em época de cristandade (junção de Igreja e o Estado) e luxos, optaram por um trabalho entre os pobres e jovens (MACEDO, 1986).

Esta ação propôs um trabalho popular-libertador e não assistencialista como é a prática comum da Igreja. Como resultado da sua proposta e prática, foi e está sendo duramente perseguida tanto pelo poder político-econômico, como por parte da própria Igreja, particularmente o setor denominado de ala conservadora (LOWY, 1991).

A Ação Católica teve grande importância no sentido de colocar os fiéis da Igreja a par das discussões relacionadas às questões sociais. Marcando a aplicação do método latino-americano de trabalho pastoral (agir transformador da Igreja na sociedade), “Ver – Julgar – Agir”, este movimento contribuiu para a formação de diversas lideranças que inclusive militaram em partidos políticos e movimentos sociais (CARVALHO, 2006).

Assim vão sendo criadas, na América Latina, algumas condições propícias à eclosão de uma corrente teológica mais engajada nas questões político-sociais, inspirada pelos antigos ideais cristãos de amor, justiça e fraternidade, com vistas à criação do “Reino de Deus na Terra”, “da Civilização do Amor” ou ainda de “Um Outro Mundo Possível”, conforme o acúmulo da ala progressista da Igreja Católica em relação à formação de seus agentes de pastorais sociais e juvenis (CNBB, 2007).

Segundo Piraux e Miranda (2011), o processo de ampliação da sindicalização na Paraíba recebeu impulso decisivo da aliança firmada entre o Estado e a Igreja Católica. A união dessas duas forças políticas permitiu a implantação de sindicatos, e o esvaziamento das Ligas Camponesas. Para coordenar a criação dos sindicatos foram formados os Círculos Operários Cristãos. O marco da implantação do sindicalismo no Estado foi a criação da Equipe de Sindicalização da Paraíba.

Segundo Carvalho (2006) afirmou que dos 24 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) fundados até 1964, somente dois não contaram com a participação de padres na sua gestação. Isso indica que até o ano de 1975, quando houve uma desestruturação dos STR devido às situações de perseguição daquela época a Igreja foi um marco referencial na história e na influência da organização popular.

A partir de meados dos anos de 1980, dentro da história de trabalho da CPT em relação à questão agrária, como características foco em suas diretrizes, o desenvolvimento de ações que optaram pelo desenvolvimento de comunidades de boias-frias, sem-terra e pequenos proprietários, valorizando dentro de sua estrutura funcional a participação dos leigos (POLETTTO, 1985).

A sua segunda característica do trabalho da CPT é que ela não se propõe a ser vanguarda na luta pela reforma agrária, tomando como objetivo “servir de apoio” aos movimentos populares, grupos e associações que lutam direta ou indiretamente em alguma área da questão fundiária. Atua como uma espécie de “serviço educativo”, privilegiando a sua atuação no campo da denúncia e no apoio político-pedagógico (serviço educativo) aos grupos que se organizam na luta pela terra.

E como terceira e última característica, destaca-se o ecumenismo. Na CPT pode participar qualquer pessoa, mesmo que na direção ou coordenação e de qualquer credo. Prova deste ecumenismo está na sua autonomia frente à própria CNBB, ou seja, apesar de sua criação estar diretamente ligado à instituição católica, organiza-se com liberdade de decisões em sua ação pastoral (POLETTTO, 1985).

Dentro da característica político-pedagógica a CPT foi a principal instituição responsável pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), organização civil-popular surgida na região Sul em 1984. Atualmente, resguardando as suas devidas especificidades, a CPT apresenta-se nos conflitos de terra através de intermediação entra a luta pela terra e a sociedade (MARTINS, 1985).

A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) JUNTO AO MOVIMENTO SEM TERRA

A CPT surgiu para fortalecer as ações dos agentes pastorais que desenvolviam seu trabalho no meio rural. Alguns dos principais objetivos da CPT são: colaborar com os Cristãos no engajamento político-social a fim de que colaborem na transformação da sociedade; procurar dar apoio às lutas dos trabalhadores rurais; desenvolver uma conscientização evangélica comprometida com a justiça social; procurar valorizar a cultura dos oprimidos (CORSO, 1999).

Nas décadas de 1960 e 1970 alteraram-se as formas de organização da produção. Instrumentos mecânicos intensificadores das atividades agropecuárias foram adquiridos. Passou-se a utilizar fertilizantes minerais sintéticos e sementes selecionadas que aumentavam a produtividade de forma considerável. Esse conjunto de inovações (denominado “Revolução Verde”), efetivamente modernizou a grande propriedade fundiária e empresas agropecuárias se constituíram. Ao mesmo tempo, não diminuiu a expansão das fronteiras. A modernização dos latifúndios foi associada a incentivos (isenções fiscais a empresas) para investimentos privados e à criação de projetos de colonização para a ocupação de terras na Amazônia e no Centro-Oeste (MARTINS, 1996).

A partir de 1981 passaram a acontecer encontros entre as lideranças de agricultores familiares. Esses encontros eram promovidos pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns encontros eram no próprio Estado, outros em nível regional e, finalmente, como resultado desta articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Esse encontro representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se organizar para lutar por terra e pela reforma agrária (STÉDILE, 1993).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem conseguido visibilidade nas últimas décadas (1980/1990) no Brasil e no mundo, pois é um dos poucos movimentos sociais a ter expressão no contexto da economia globalizada. Porém, não se pode entender o MST isoladamente, pois o mesmo surgiu ligado às organizações camponesas e também a partir da prática da Igreja Progressista (Ala da Igreja Católica e de outras Igrejas Cristãs com postura progressista), mais especificamente a partir do trabalho pastoral da CPT (CORSO, 2005).

A CPT exerceu e exerce, em relação à luta pela terra no Brasil, muito mais do que um papel de assessoria dos movimentos e de articulação das diversas experiências de organização no campo, de modo a fortalecer estes movimentos e criar condições para novas organizações, como foi o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 2006).

A AGROECOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO PARA OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

Nos últimos anos, em meio à crise socioeconômica e ambiental, os Assentamentos Rurais vêm se configurando como importantes conquistas dos movimentos sociais. No entanto, a potencialidade destes espaços como território de construção de novas relações sociais e relações com os recursos naturais é ameaçada pelos passivos ambientais deixados pelos latifúndios monocultores (RAMOS FILHO e PELLEGRINI, 2006).

Diante da precária infraestrutura e escassez de políticas públicas de apoio aos assentados e, ainda frente à destruição da bioestrutura do solo, assim como, sua compactação, erosão, lixiviação de nutrientes, destruição da matéria orgânica e fertilidade são indicativos da necessidade da construção de alternativas de produção agrícola baseadas em princípios da conservação dos processos naturais. Essas práticas promovem a boa qualidade do solo, que reduzem a utilização de insumos externos e que estejam em consonância com as realidades dos agricultores assentados (PRIMAVESI, 2002; RAMOS FILHO e PELLEGRINI, 2006).

A Agroecologia é a base para junção de técnicas alternativas para que haja a harmonia da agricultura e o meio ambiente, técnicas que se enquadrem em uma concepção ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. Esta enfoca as relações ecológicas no

campo e o seu objetivo é compreender a forma, a dinâmica e a função destas relações. Os fatores socioeconômicos podem desestruturar os sistemas agrícolas da mesma forma que o fator ambiental, por isto é necessária à harmonia destes fatores (ALTIERI, 2002).

Nos encontros realizados nos Fóruns na CPT com os Presidentes das Associações dos Projetos de Assentamentos (PA) no Território da Borborema como estratégia de socialização de saberes e construção de uma mobilização social verificou-se a necessidade de melhorar as condições de manejo de solo e produção, onde os agentes participantes dessa ação pudessem participar ativamente de cada etapa desse processo.

Os Fóruns são espaços, onde são debatidos temas fundamentais para os agricultores (as), tais como, as ações da catequese familiar, a assistência bancária a programas governamentais, a problemática da seca, a reforma agrária, os problemas ambientais, as estratégias para o fortalecimento e as melhorias da assistência técnica em áreas de assentamento. Os seus membros são os presidentes das associações dos agricultores assentados, assim como, os representantes das empresas de assistência técnica e da CPT.

A construção da Agroecologia no trabalho da CPT com os PA's se deu de forma participativa e atuante dos membros, agricultores e agricultoras assistidos pela Pastoral, que se faziam presentes nas reuniões na Diocese de Guarabira/PB. Em um dos Fóruns foi introduzida a Agroecologia como ação a ser trabalhada pelos membros. Essa foi uma estratégia para a disseminação de conhecimentos agroecológicos entre os agricultores (as) e sua importância para a preservação dos recursos ambientais e manutenção da agrobiodiversidade local. Nesses momentos foram debatidos temas para a preservação de sementes crioulas, a importância das ações dos agricultores para o desenvolvimento local sustentável e para a manutenção dos recursos naturais, preservação ambiental e o uso de queimadas e de agrotóxicos e suas causas.

No decorrer das ações foram focados os problemas encontrados nessas áreas de plantio dentro dos seus lotes, no qual surgiu o assunto voltado a solos e áreas degradadas e ocorreu a sugestão de se trabalhar com adubos verdes e a produção de sementes, para futuramente realizar a construção de um banco comunitário de sementes e possível abertura de um comércio de venda dessas sementes de adubos verdes.

Segundo Gliessman (2000), a conservação realizada na propriedade agrícola envolve seleção e mudança genética contínua, em vez de preservação estática. Esta forma de conservação requer, ainda, que as unidades de produção agrícola e os produtores, sejam os repositórios tanto da informação genética como do conhecimento cultural de como os cultivos são manejados. Esta co-evolução, ao tornar as plantas cultivadas adaptadas aos locais de cultivo, faz com que sejam facilmente manejadas pelos agricultores, otimizando a fonte de recursos e diminuindo a vulnerabilidade destes frente a situações ambientais adversas.

Almeida e Cordeiro (2002) afirmam que os bancos de sementes são organizações comunitárias que visam à autossuficiência de um grupo no fornecimento de sementes de determinadas espécies. Sendo também uma estratégia fundamental para a convivência com as irregularidades climáticas do semiárido, uma vez que garante a quantidade e a diversidade de espécies e variedades selecionadas para o momento exato de plantio.

Em um primeiro momento foi apresentada a proposta à CPT/Guarabira em se trabalhar com áreas de assentamentos assistidas pela mesma, fazendo um trabalho de resgate e mobilização de possíveis guardiões de sementes crioulas, a partir da sensibilização do homem do campo em

seu papel fundamental como agente modificador dos recursos naturais e a preservação de seus saberes. Esta se mostrou satisfeita com a proposta e disposta a ajudar no que fosse necessário e possível, ficando agendada assim, uma primeira visita ao PA Nossa Senhora de Fátima e ao Zé Paz, para que então pudesse ser socializado a proposta com os agricultores familiares.

O PA Nossa Senhora de Fátima (coordenadas geográficas, latitude: 6°45'11"S e longitude: 35°37'44"O), está localizado a aproximadamente a 24 km de distância da cidade de Bananeiras e 7 km da cidade de Belém, ambas na Paraíba. Já o PA Zé Paz (coordenadas geográficas, latitude: 6°36'11"S e longitude: 35°37'34"O) está localizado na cidade de Dona Inês, a via de acesso utilizada se faz pela PB-103, e se encontra à aproximadamente 26 km, da cidade de Bananeiras, PB. Ambos os PA's se encontram em regiões consideradas como áreas de clima quente e seco, com chuvas de inverno, tendo médias anuais térmicas superiores a 25° C, com uma pluviosidade média anual inferior a 1000 mm/ano, com chuvas irregulares (MARINHO, 2006).

Nos PA's, foi montada uma pequena área de observação com o plantio de 09 espécies de leguminosas e gramínea: mucuna preta (*Mucuna aterrima*), mucuna cinza (*Mucuna cinereum*), lablab (*Dolichos lablab*), feijão de porco (*Canavalia ensiformis*), milheto (*Pennisetum americanum*), soja perene (*Neonotonia wightii*), crotalaria juncea (*Crotalaria juncea*), crotalaria ochroleuca (*Crotalaria ochroleuca*) e crotalaria spectabilis (*Crotalaria spectabilis*), sendo um instrumento de grande valia para as práticas que envolviam agricultores e agricultoras de outras localidades. Houve, também, a montagem de 1 área experimental para a produção de sementes de leguminosas no PA Nossa Senhora de Fátima e outra no PA Zé Paz.

A frutificação do milheto (*Pennisetum americanum* L.) ocorreu por volta de um mês e vinte dias, levando cerca de um mês para maturação. A primeira colheita do milheto ocorreu dia 8 de agosto de 2013 com um bom rendimento e boa qualidade de pendões e sementes, ficando ainda pendões para posterior colheita.

Pode-se perceber que apenas duas culturas, a *Crotalaria ochroleuca* e a soja perene (*Neonotonia wightii* J.A. Lackey), não se adaptaram muito bem ao solo. A soja não desenvolveu todo seu potencial de crescimento e após três meses de seu plantio sendo a menor cultura da unidade de observação, não apresentando sinais de florescimento e/ou frutificação. A *Crotalaria ochroleuca* também não desenvolveu muito bem o seu crescimento após dois meses e quinze dias pode-se identificar a morte de algumas plantas.

O número maior de capinas para a vegetação espontânea que estavam entre as plantas de soja perene e da *Crotalaria ochroleuca* podem demonstrar sua fragilidade a regiões de solos mais secos e pedregosos, como é o caso da área cultivada. Já nas demais culturas pode-se perceber o melhor desenvolvimento do solo, apresentando-se mais fofo, mais úmido e sem o surgimento de plantas espontâneas na área cultivada.

Após dois meses e vinte e seis dias realizou-se um intercâmbio com agricultores da própria comunidade e de outras áreas de assentamento para uma pré-avaliação das espécies. Na ocasião as plantas, cerca de, 80% delas já estavam em processo de floração e início de frutificação. Esse foi construído nas reuniões do Fórum dos Agricultores Familiares Assentados da Reforma Agrária, realizado pela CPT. Nesse momento foram definidos quais seriam os representantes que participariam da ação e a data para o acontecimento.

No intercâmbio realizado no dia 26 de julho de 2013 os agricultores ficaram muito curiosos com a unidade de observação e se surpreenderam pela umidade do solo e ausência de plantas

espontâneas na área das culturas, também perceberam que apenas a soja perene e *Crotalaria ochroleuca* não apresentaram tanta resistência às adversidades da área e infestações de insetos às plantas.

O milho e a *Crotalaria juncea* foram as culturas que mais rapidamente apresentaram bons resultados. A *Crotalaria juncea* floresceu em 45 dias, sendo além de suas características de manutenção de umidade do solo e adubação orgânica do mesmo, bastante visitada por abelhas em busca de pólen, o que é um bom indicativo para apicultura. Já o milho, frutificou com 40 dias, demonstrando estar bem adaptado à região e ao solo, onde além de todas as características de manutenção e melhora da qualidade do solo, pode ainda ser utilizado para alimentação animal e humana.

A parceria entre a Universidade Federal da Paraíba e a CPT permitiu a realização de outro intercâmbio com os agricultores/as de diferentes municípios do Território da Borborema, assim como oficinas nos PA's para a elaboração de caldas para o controle de insetos indesejáveis. Neste intercâmbio, o público teve a oportunidade de conhecer o Campo de Multiplicação de Sementes do Laboratório de Tecnologia de Sementes da UFPB/CCHSA, Campus III, Bananeiras/PB e o ensaio de pesquisa de milho crioulo, no qual tiveram a oportunidade de avaliar o plantio.

A Agroecologia é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis. Diante disto, é de grande importância à inserção de parcerias entre Universidades, ONG's, sociedade civil em trabalhos participativos voltados para as práticas agrícolas alternativas que atendam às suas necessidades, gerando assim uma terapia de fortalecimento da agricultura agroecológica, do desenvolvimento rural sustentável e o desenvolvimento social.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima e Zé Paz, Bananeiras e Dona Inês respectivamente, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a toda a equipe do Laboratório de Tecnologia de Sementes – LATES/UFPB, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido na forma de bolsa de estudo e a todos (as) que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho, gratidão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR C, CAPRI L, Ribeiro M. **História da sociedade brasileira**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1996.

ALMEIDA P, CORDEIRO A. **Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72p.

ALTIERI M. **Agroecologia – Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592p.

ANDRADE M. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BEZERRA C. **O que é Teologia da Libertação.** São Paulo. Ed. Paulinas, 1987.

CALDART RS. **Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes. 1999.

CARVALHO JF. Unir para mudar, a Igreja vai ao campo: um estudo sobre a atuação da CPT-PR e os trabalhadores rurais na década de 1990. In: **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária.** 18, 2006, Rio de Janeiro: UERJ, NEGEF, 2006.

CORSO JC. A mística da terra: um estudo sobre a Romaria da Terra. Rio Bonito do Iguaçú – PR - 1997. **Dissertação** de Mestrado em História. Unicentro/Unesp. Guarapuava: 1999.

CORSO JC. A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (déc. 80 e 90). **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina,** 2005.

CNBB. **Documento 3: evangelização da Juventude.** Brasília, CNBB, 2007.

FERNANDES BM. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais 2006.** Disponível na Internet. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

FERNANDES BM. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979 – 2005. In: **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária.** 18, 2006, Rio de Janeiro: UERJ, NEGEF, 2008.

FERNANDES BM. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 2000.

GLIESSMAN SR. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.653p.

LIMA D. **Os demônios descem do Norte.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1991.

LOWY. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo, Ed. Cortez, 1991.

MACEDO C. **Tempo de Gêneses: o povo das comunidades Eclesiais de base.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACHADO J. Internet, Ativismo Político e Controles Governamentais. In: **Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia,** Campinas, Brasil, 1 a 5 de setembro de 2003

MALAGODI E A, ARAÚJO P L. A organização da produção e os desafios do desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária. In: DUQUÉ, G. et al. **Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais.** Campina Grande: GPAF/PPGS/UFCG, 2005. CD-ROM.

MANÇANO F. Gênesis e Desenvolvimento. **Caderno de formação n 30.** São Paulo, 2005, p. 26.

MARINHO L S. Abastecimento d'água em pequenos aglomerados urbanos do Estado da Paraíba – **Dissertação** de Mestrado. UFPB/CT. João Pessoa: UFPB, 2006.

- MARTINS J. **Conquistar a terra, reconstruir a vida**. Petrópolis: vozes, 1985
- MARTINS JS. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996
- MOREIRA E. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1997. Vol. 1 e 2.
- MOREIRA E, TARGINO I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997, 332p.
- MORISSAWA M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NOBRE GE. A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba. 1990. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.
- PANINI C. **Reforma Agrária dentro e fora da lei**. São Paulo, ed. Paulinas, 1990.
- PELLEGRINI JBR, RAMOS FILHO LO. Diagnóstico agroflorestal participativo em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Relatório Técnico**. Embrapa Meio Ambiente. 2000.
- PESSOA JM. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.
- PIRAUX M, BONNAL P. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB). O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar. **Estudos sociedade e Agricultura**, 16, 2, UFRRJ, 2008, p 262-292.
- PIRAUX M, MIRANDA R. A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Vol. 30, Nº 2 - Jul-Dez de 2010. Campina Grande, 2011.
- POLETTI I. A CPT e a questão agrária. In: **A Igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PRIMAVESI A. **Manejo ecológico do solo**. São Paulo: Nobel, 2002.
- RAMOS FILHO LO, PELLEGRINI JBR. Diagnóstico agroflorestal participativo em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Relatório Técnico**. Embrapa Meio Ambiente. 2006.
- RICCI R. **A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos**. Disponível na Internet. <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.
- SODERO FP. **O estatuto da terra**. Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1982. 169p.
- STÉDILE J. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- STÉDILE JP, FERNANDES BM. **Brava gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005.
- VERONESE, O. **“Fetag/RS: 30 anos de luta. 1963 – 1993”**. Porto Alegre: Fetag/RS, 1993.
- VILLALOBOS J U G. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): Notas da sua atuação no Estado do Pará. **Revista Unimar**, Maringá, 1993.